

A díade adulto/criança em Rousseau e Freud e suas ressonâncias na clínica psicanalítica infantil contemporânea

The adult/child dyad in Rousseau and Freud and its resonances in the contemporary child's psychoanalytic clinic

Karina Carvalho Veras de Souza*
Rosângela Francischini**

Resumo

O artigo aborda os escritos de Rousseau sobre a criança e a concepção psicanalítica de infantil em Freud, destacando em seus discursos, a díade adulto-criança. Considerando a natureza educável da criança, afirmada por Rousseau, na obra *Emílio ou da educação* e a impossibilidade de educar os impulsos inconscientes, declarada por Freud, examinamos as repercussões desses discursos no contexto discutido da atual literatura da clínica psicanalítica infantil. Concluímos que o adulto concebe a criança como seu objeto de investimento, oscilando entre a legitimação da particularidade infantil e as estratégias de seu controle. Aspecto presente até hoje nos processos psicanalíticos com crianças.

Palavras-chave: Infantil. Clínica. Psicanálise com crianças. Freud. Rousseau.

Abstract

*This article addresses the writings of Rousseau about the child and the psychoanalytic conception of infantile in Freud, highlighting their reflections about the adult-child dyad. Considering the child's polite nature affirmed by Rousseau in the work *Emile or on education* and the impossibility of educating the unconscious impulses, declared by Freud, we examine the repercussion of these ideas in the context of the current child's psychoanalytic clinic's literature. We concluded that the adult conceives the child as being his/her investment object, alternating between the legitimation of the child's particularity and the strategies to controlling it. This aspect is still present in the clinical psychoanalytic processes with children.*

Keywords: *Infant. Clinic. Psychoanalysis with children. Freud. Rousseau.*

* Universidade Potiguar, Natal, RN, Brasil.

** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Introdução

Na era Moderna, os pensadores Jean-Jacques Rousseau e Sigmund Freud propuseram novos paradigmas acerca da particularidade da criança, atribuindo inéditas significações aos termos infância e infantil. No valioso discurso desses pensadores, supomos um possível ponto de convergência entre eles, a saber a posição em que o adulto parece situar a criança, isto é, na condição de seu objeto de investimento afetivo. Por outro lado, nessa conjuntura específica, parece residir uma espécie de oscilação entre a aposta do adulto em uma inédita particularidade infantil e as estratégias de seu controle. O discurso desses representantes e suas ideias inovadoras, apresentadas sobre a criança na modernidade, demonstram, de modo amplo, uma complexa relação travada entre um adulto e uma criança.

Assim, do desfile de razões políticas, sociais e ideológicas, com base nas quais ensejaram suas concepções de infância e criança, interessa-nos aqui problematizar as possíveis significações da relação criança/adulto, que comparecem no discurso dos referidos pensadores. Cada um a seu modo e tempo histórico diferentes, movidos por causas próprias, respondendo a contextos sociais, políticos ou ideológicos de suas épocas, podem ser considerados os representantes de algumas das principais mudanças que se operaram no conceito de infância, desde a modernidade até aqui. Eles influenciaram, sobremaneira, o modo como olhamos e concebemos a criança e a infância de nossos dias, engendrando certo discurso sobre a infância, nas muitas vertentes do conhecimento formal que a história tratou de construir e problematizar, até hoje.

É o caso do saber instituído pela Psicanálise, que coloca o conceito de criança em “suspensão” ao destacar que o sujeito é *infantil*, para além de sua idade cronológica. Trata-se de uma importante premissa que constitui um fértil terreno discursivo, fonte perene de questionamentos, do qual a clínica psicanalítica, na condição de tratamento clínico, se serve, relançando o questionamento sobre o “ser” criança. (SAURET, 1998).

Nesse ponto, destacamos, brevemente, Faraco (2009) e sua concepção de autorar, cuja função é assumir uma determinada posição no contexto de um discurso, no qual já comparece uma vasta gama de vozes sociais. Ancorado nas ideias de Bakhtin, esse mesmo autor assevera que autoramos quando trabalhamos nas fronteiras. O que indica a possibilidade de produzir um discurso numa espécie de arena; ou seja, em um campo de batalhas próprio do universo da sempre efervescente criação ideológica. Isso porque, ainda segundo Faraco, nossos enunciados expressam, ao mesmo tempo, a palavra do outro e a nossa

posição axiológica. Esse movimento, ao originar novas vozes sociais, fertiliza os diálogos sobre qualquer tema, de modo a mantê-lo, em movimento discursivo, erigindo novos sentidos e, novamente, outros posicionamentos.

Nesse sentido, autoramos, então, sobre a criança pensada de modo específico, a saber, concebida na díade adulto-criança, segundo o discurso de Freud e Rousseau e remetida ao amplo contexto clínico-psicológico da atualidade. Dispositivo que, conforme observa Vorcaro (2004), é, hoje, significativamente atravessado pela leitura interpretativa que o profissional *psi* faz acerca das manifestações da criança, porém, atreladas ao discurso que o adulto traz sobre ela.

A herança de Freud e Rousseau no cenário da clínica infantil contemporânea

O presente artigo aborda a criança à luz das ideias de Jean-Jacques Rousseau e Sigmund Freud para extrair, dos discursos desses autores, algumas considerações sobre a relação adulto/criança. A intenção principal é tecer alguns comentários acerca dessa relação, atrelada, especificamente, ao cenário da clínica psicanalítica infantil contemporânea. Nesse sentido, a obra *Emílio ou da educação* de Rousseau e alguns dos conceitos mais basilares de Freud, como infantil e sexualidade inconsciente, são os eixos teóricos desse trabalho.

Com Rousseau, partimos de suas reflexões acerca da complexa articulação que estrutura a tríade Razão, Natureza e Liberdade. Entendendo a Razão como a resultante da liberdade no conhecimento da natureza do homem, Rousseau produziu um discurso sobre a infância e a criança, pautado pelo fato de que é preciso possibilitar à criança o conhecimento sobre suas potencialidades, sua natureza, para assim conduzi-la à liberdade e, em seguida, à sua razão.

De Freud, destacamos as concepções de infantil e de sexualidade inconsciente, indicando suas funções na constituição da subjetividade desejante da criança. Para Freud (1915/1996), a pulsão sexual – concebida como a representação psíquica de estímulos, que se originam no corpo e ganham uma representação no psiquismo – constitui o humano e é inconsciente. Por isso, não é passível de ser educada ou moldada, uma vez que não está sob a égide da razão. O sujeito é, nesse entendimento, regido por uma dinâmica de natureza inconsciente. Assim, as fantasias infantis são determinantes psíquicos, que acompanham a vida da criança até a fase adulta e lá permanecem, não como traço de imaturidade passageira, mas compondo a vida psíquica do sujeito.

Em Freud e Rousseau, observamos dois fundamentais posicionamentos que compuseram um discurso da modernidade sobre a especificidade da criança. Por vias distintas, esses dois grandes pensadores conferiram um traço próprio à criança, advertiram o adulto de que era preciso, acima de tudo, olhar a criança no que ela é em sua infância e não no que ela poderia ser quando se tornasse adulta.

Desse discurso e suas possíveis ressonâncias, ao longo da modernidade, abordamos a relação adulto/criança quanto aos efeitos que repercutiu no contexto da clínica psicanalítica infantil contemporânea. Para legitimar essa fundamentação, elegemos os escritos de Vorcaro (2004), sustentando-nos em sua consistente descrição sobre o contexto histórico e geral do nascimento da clínica moderna, que, pouco a pouco, foi deixando de se pautar pelo método da observação para conceder, cada vez, mais espaço ao ponto de vista da subjetividade do clínico. Assim, segundo a mencionada autora, o fato de que a psicométrica foi substituída pelo sentido que o clínico confere ao que observa, deixou o psicólogo na condição de intérprete do fenômeno. Em vista disso, o trabalho do psicólogo clínico passa a compreender as manifestações da criança no contexto psicoterápico, no qual o discurso do adulto, responsável por ela, ocupa lugar de grande evidência.

Desse modo, a presente discussão se articula entre a herança deixada por Rousseau e Freud, acerca da particularidade da criança e o atual cenário do contexto psicoterápico infantil, no qual o trabalho do clínico parece caracterizado por uma demanda de que a criança corresponda às expectativas sociais do mundo adulto.

As elaborações de Rousseau e Freud sobre a criança

Se, com Rousseau foi possível idealizar uma criança que alcança a razão por meio do conhecimento dos limites de sua natureza, tendo o adulto como seu guia, com Freud, toda a idealização parece cair por terra, quando afirma que são os impulsos inconscientes que dão origem ao sujeito e guiam-no em seu desejo. É o inconsciente a condição da subjetividade do homem, que permanece preso, irremediavelmente, às suas paixões, enredado na complexa equação eu/Outro. A criança freudiana foge ao ideal da sociedade. Por outro lado, isso não significa dizer que o adulto tenha abandonado sua intenção em situá-la numa condição idealizada, tal qual Rousseau projetou em seus célebres apontamentos.

Da lente de Rousseau, a modernidade parece ter herdado seu especial interesse em tratar o que é específico da criança, ao que é próprio de seu fazer em sua infância. Ao mesmo tempo, parece existir alguma verdade em afirmar que, ao apontar para sua especificidade, Rousseau deixava em evidência certo caráter universal na criança. Não poupou reflexões acerca do fato de haver na vida da infância elementos naturais, portanto, de caráter homogêneo, que precisavam ser manuseados pelo adulto para solidificar o projeto de homem que ela representava – seu “vir-a-ser”. As pormenorizadas recomendações de Rousseau com a natureza universal da criança e de como fazer para guiá-la na execução do projeto do adulto sustentam essas reflexões.

Quanto à criança freudiana, não se trata de um ser no aguardo da vida adulta. Na medida em que o que há para a Psicanálise é o sujeito e não uma pessoa com uma determinada idade ou em um dado estágio de seu desenvolvimento, a criança não se encontra no campo da incompletude adulta. Sua prematuridade biológica e psíquica, inerente aos primeiros anos de vida, está localizada como elemento de uma estruturação psíquica inconsciente e não como um aspecto psicogenético em evolução, próprio de uma configuração desenvolvimentista. O caráter infantil, decorrente do arranjo estrutural inconsciente, permanece com esse estatuto no adulto, mesmo que o tempo opere todas as transformações possíveis em seu corpo, em suas ideias e idealizações.

Com base nisso, consideramos que essas nuances configuram as demandas dos adultos em relação às crianças e comparecem mais tarde no campo da clínica infantil. Como dispositivo social, a clínica intervém com base no acolhimento e na escuta de crianças e seus responsáveis legais diretos. Por isso, o espaço *psi* se apresenta como legítimo para acolher os planos que o adulto traz em relação à criança. E, usualmente, os pais ou responsáveis chegam à clínica na condição em que algum ideal, em relação à criança, foi comprometido em uma dada medida. Não é tão incomum que a primeira configuração dessa circunstância seja a de um adulto demandando certo ajustamento em relação à sua criança.

Essa é a condição que constitui, de modo abrangente, a clínica psicanalítica infantil. Nessa perspectiva, ao estabelecer os parâmetros formais do referido processo, frequentemente, elege-se, como ponto de partida, a escuta da queixa dos adultos. Esta escuta será, inicialmente, priorizada em relação à escuta do discurso da criança, que é quem se submeterá ao tratamento. Usualmente, é assim porque a criança costuma não chegar por ela mesma à clínica, solicitando atendimento ao psicólogo. Como é igualmente difícil que identifique em si uma demanda de escuta clínica, como indicativo de seu sofrimento psíquico.

Amiúde, a criança chega ao contexto da clínica trazida e nomeada pelo discurso de um adulto, que dela se queixa e que apresenta, inclusive, seu próprio incômodo como justificativa para iniciar o tratamento da criança.

Assim, tecida no contexto clínico, a relação adulto-criança parece revestir-se, uma vez mais, do discurso que preserva uma espécie de controle da criança pelo adulto. Os efeitos de sentido, que se constituem nesse espaço, continuam aludindo à complexa idealização que o adulto faz sobre sua criança, idealização essa que se configura, fortemente, na trama das pretensões adultas sobre a vida futura do pequeno indivíduo, quanto ao que poderá e como deverá ser.

Essas considerações são ecos dos escritos de Vorcaro (2004), quanto ao seu comentário de que o procedimento da observação perdeu o caráter experimental para ganhar o ponto de vista do clínico. Ela esclarece que a psicométrica foi substituída pela compreensão e o sentido que o clínico lhe confere, instituindo a subjetividade do psicólogo, que passa a ser intérprete do fenômeno que observa, garantindo a legitimidade de sua atuação. O esforço do clínico é, em vista disso, constituir as manifestações da criança como um quadro a ser compreendido. A autora assegura, ainda, que a intuição do clínico decorreria da observação direta da imagem da criança e sua tradução. Ela acrescenta que o que fica em questão é o cuidado em identificar, pela via terapêutica, as crianças capazes de responder à expectativa social e nesse entendimento, as que podem ser recuperadas e as que podem ser adaptadas.

Em quaisquer dessas condições, deduzimos que à criança não é ofertada a possibilidade de sustentar o seu traço para o outro na situação da clínica, visto que recuperá-la pode indicar o desejo de que retorne a uma condição imposta e julgada pelo adulto como conciliável com os anseios dele. Condição que se opõe ao modo próprio da criança operar nos espaços sociais, com seus próprios sentidos. Além desse aspecto, recuperá-la sugere também que o entendimento da criança sobre o contexto, do qual faz parte, está incongruente com o universo adulto. Ambicionar adaptá-la, por sua vez, indica seu não lugar para o outro, na medida em que toda adaptação requer um movimento de aderir a uma demanda, que não é a do indivíduo. Adaptar uma criança seria como subestimar sua percepção própria quanto aos lugares que ocupa, comprometendo sua condição de ator social.

Essa linha de pensamento é de Vorcaro (2004), quando afirma que a especificidade da criança permanece não formulada. Sua singularidade, segundo a autora, se perde, na medida em que se torna mais importante estabelecer uma equivalência, seja ao código, seja com base no sentido dado pelo clínico. Vejamos as palavras da autora: “Supera-se a morbidade inespecífica da criança pela

transparência refletida pelo código ou pelo sentido, que não é senão a sutura da diferença que a unicidade da criança impõe como o que falta para aderir ao ideal disciplinar” (p. 45).

Na medida em que a leitura do código, operada pela subjetividade do clínico consistir na própria lente com que o adulto olha a criança e a insere, assim, no processo psicoterápico, teremos priorizado o ideal do adulto, em detrimento do singular da criança.

A relação adulto/criança e o contexto da clínica psicanalítica infantil

Considerando o contexto da clínica psicanalítica infantil, a relação adulto-criança é aqui tomada como um discurso. Por esse motivo, constitui tarefa em permanente estado de ebulição. Podemos dizer que, no contexto da clínica com crianças, o adulto se apresenta como aquele que possui certa intencionalidade para com ela, uma espécie de projeto, no qual ela deve situar-se conforme as expectativas e ideais dele. Isso quer dizer, também, que as demandas que comparecem na clínica chegam como efeito dos parâmetros, que o adulto estabelece sobre a infância e a criança.

Outra observação é a de que a prática dessa clínica não deixa de se embasar em certa normatividade sobre a infância, construída ao longo da história. Não há nada de novo nessa assertiva. Resumamos, portanto: de modo geral, na clínica psicanalítica com crianças, o adulto traz um pedido formulado, que não é, necessariamente, o dela. Com base na fala de um adulto, portanto, a criança passa por um dispositivo de avaliação e análise, com vistas a possíveis formas de intervenções.

Assim, em que pesem as particularidades dessas circunstâncias, sobretudo, em relação à pertinência ou não do engajamento da criança em um processo clínico, haverá um discurso sobre a infância que, de algum modo, deu origem àquele conjunto de intervenções. Quer dizer, o dispositivo da clínica, representada pela figura do psicólogo clínico, basear-se-á na produção discursiva do adulto; responderá a um tempo e espaço históricos, presutando contas a um mecanismo de base. Não é demais lembrar, retomando as ideias bahktinianas, que a existência de um discurso é um fato inexorável nas relações sociais: não há relação que não seja interdiscursiva, não há contexto que não tenha tido como mote um discurso e sua intencionalidade. Não há clínica infantil sem um discurso do adulto que se coloque como referência, em relação à criança.

Isso nos leva de volta às bases rousseauianas e freudianas sobre a criança. Quanto à Rousseau, consideramos um dos grandes pensadores do Iluminismo, época na qual a autonomia da razão era o que impulsionava o progresso intelectual. A força da razão propagou-se a todos os domínios do conhecimento, revelando-se através de sua ação e efeitos. O privilégio, nesse sentido, era dado à experiência e à observação, tal como Dozol (2006) destacou desse movimento.

Na obra *Emílio ou da educação*, Rousseau (1762/1999) inicia suas reflexões, sustentando que não se conhece a infância: “quanto mais se anda, mais se fica perdido” (p. 4). O motivo para isso, segundo o filósofo, é que sempre procuram o homem na criança, sem que se possa, primeiro, pensar sobre o que ela é antes de ser homem. Trata-se de ir ao encontro de sua especificidade e não de compará-la ao adulto que ainda não é.

Mas, ao mesmo tempo em que faz essa advertência, Rousseau marca a condição infantil como passível de ser moldada pela educação, que ofereceria tudo o que a criança não tem ao nascer. A educação, para o pensador, viria da natureza, dos homens (do adulto) ou das coisas. Se a criança pudesse reconhecer suas necessidades, saberia distingui-las de seus desejos, separando o que seria da natureza e o que viria da imaginação. O adulto seria, assim, o responsável por indicar à criança o bom uso de sua natureza: estava autorizado para, de certa forma, assinalar sua fraqueza e assim, poder conduzi-la para o alcance de suas boas potencialidades.

Nas ideias de Rousseau, nascemos habitados por necessidades naturais e passamos a ser afetados pelos objetos ao nosso redor, à medida que adquirimos conhecimento sobre nossas sensações. A faculdade do juízo vai conferindo ao homem o conhecimento e a razão. Tudo o que não temos ao nascer, dizia Rousseau, é nos dado pela educação que vem da natureza: o bom desenvolvimento de nossas faculdades e nossos órgãos. É a natureza quem dá os desejos necessários e as faculdades suficientes. No que se refere ao uso desse desenvolvimento, trata-se da educação dos homens. Quanto à aquisição de nossa experiência sobre os objetos que nos influenciam, trata-se da educação das coisas.

Para Rousseau, a natureza seria tudo o que nos remete àquelas disposições, que ele chama de primitivas, que nos são dadas ao nascer e com as quais contaremos para lidar com os objetos à nossa volta. Há uma sensibilidade inicial e, antes que essa disposição se altere em função dos objetos externos, temos aí a natureza do homem. Portanto, para Rousseau a criança é discípula da natureza ao nascer.

Nesse sentido, ele pede liberdade para o corpo da criança. O ofício do adulto seria o de ensiná-la a viver; para bem observar sua natureza e seguir sua

rota. Porém, para isso, precisa operar para transformar a condição de fraqueza numa potência para a criança. O perigo residia no risco de a criança ficar à mercê dos caprichos do adulto que dela cuida, o que para Rousseau terminaria por sufocar a natureza da criança pelas paixões, que os adultos fizeram nela nascer. Isso implicaria em impedir que a criança se conheça e possa tirar partido de si mesma. É nesse sentido que Rousseau aposta em sua criança, advertindo-nos do perigo de destituir seu traço próprio, em favor do desejo que o adulto nutre sobre ela. Assim, convoca-nos a olhá-la, tomá-la em toda a sua potencialidade e particularidade.

Nesse intento, o elemento natural é, ao mesmo tempo, seu guia – pois a educação teria que respeitar as faculdades naturais da criança – e um campo a ser cultivado para dar bons frutos, a depender da boa decisão do adulto. De fato, Rousseau disse que a única ciência que existe é aquela que ensina os deveres do homem a uma criança.

Assim, o natural marca a infância a um só tempo, com as insígnias da fraqueza e da potência. No mesmo lugar, habitam na criança a miséria do desconhecimento e a capacidade de superá-lo. Rousseau diz que não conhecemos o que nossa natureza nos propõe, mas é pela aposta do adulto que acontece o investimento na infância. Mais precisamente, com base na promessa de ser homem que ela encerra. Ou seja, à frente de sua impossibilidade natural, estaria o adulto ajudando-a a demarcar seus limites e liberdades.

Sendo um dos ideais do movimento intelectual do Iluminismo, Rousseau inscreve a infância também sob o signo da liberdade. Para ele, o estado da liberdade viria da natureza; estava implícito no fato de levar a criança a conhecer a medida de sua força, dar-se conta do limite de seu corpo. Para Rousseau, a liberdade da criança era traduzida pelo fato dela exigir menos dos outros e ser capaz de fazer mais por si mesma. Desse modo, conhecendo o limite de sua natureza, pouco sentiria a privação daquilo que não estaria em seu poder. Ou seja, a liberdade seria imposta pelo limite.

Rousseau afirmava que era preciso saber distinguir, nos desejos da criança, aquilo que viria da natureza e o que viria de sua opinião. Deixar a criança livre traria seu bem-estar; o conhecimento de sua força ensinaria sua vida como indivíduo. Isso porque, a liberdade e o poder só chegam até onde as forças naturais encerram seu limite. O resto “não passa de escravidão, de ilusão e de prestígio” (p. 75). O homem verdadeiramente livre só quer o que pode.

O terceiro elemento da tríade rousseuniana é a Razão, signo que compõe a complexa articulação que tece a ideia de criança. Ele afirmava que a razão é a faculdade do homem que se desenvolve mais tardiamente e com maior dificul-

dade. Com esse elemento, pode-se, então, utilizar as primeiras faculdades. Nas palavras de Rousseau (1762/1999) “só a razão nos ensina a conhecer o bem e o mal” (p. 53). Para ele, a obra prima de uma boa educação é formar um homem razoável. Na célebre frase: “a infância é o sono da razão” a natureza impera antes do advento da razão. Ele advertia, inclusive, sobre o perigo de perverter a ordem que instituía, primeiro a natureza, depois a razão. Pois, a natureza pretende que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Se essa ordem não fosse preservada, teríamos “jovens doutores e velhas crianças” (p. 86).

A infância teria, assim, maneiras próprias de ver, pensar e sentir. Por isso, para Rousseau, não se deveria tentar substituí-las pelas maneiras do adulto. É preciso que a razão sobrevenha com a justa idade e não seja uma mera imposição do dever da obediência que o adulto, às vezes, quer impor de fora à criança. É necessário que a criança sinta o dever. Agindo conforme o conhecimento de sua própria natureza, quando a idade permitir, teria um discernimento proporcional às suas forças.

A razão proporciona uma posição mais ativa da criança. Ao conhecer o emprego de suas forças, a criança forma a primeira razão da qual necessita, a sensitiva. E não se trata, em sua proposição, de que as crianças sejam desprovidas de raciocínio, mas que seus conhecimentos não são suficientes para compreender o que o adulto demanda que ela entenda.

Diante dessas valiosas considerações, assistimos Rousseau marcar, com maestria, os elementos que se interpõem na relação entre um adulto e uma criança. Aí, nesse campo, ele demarca um limite importante ao adulto que se dirige à criança, que possui sua forma particular de olhar e ler o mundo que a circunda. Que possamos refletir com as palavras do nosso mestre:

A humanidade tem seu lugar na ordem das coisas, e a infância tem o seu na ordem da vida humana: é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança. Determinar para cada qual o seu lugar e ali fixá-lo, ordenar as paixões humanas conforme a constituição do homem é tudo o que podemos fazer pelo seu bem-estar (ROUSSEAU, 1762/1999, p. 69).

Se, com o conhecimento de sua natureza, a criança ascende à sua liberdade, é porque a apreensão das impossibilidades de sua condição natural permite o advento de sua razão. Mas, não aquela razão que a coloca comparativamente ao adulto, para julgá-la incompleta ou inacabada. A razão da criança, na concepção de Rousseau, é a razão da sua idade, de seu traço próprio, à medida que implica no conhecimento de si, preservando o seu “ser criança”.

Ao rediscutir essas questões, ao longo dos tempos que sucederam os ideais de Rousseau, reinauguramos a criança que pode apropriar-se de si mesma para construir o campo de sua liberdade. E, embora tenhamos que considerar o adulto que a guiou no tempo de sua fraqueza, nasce e se solidifica com Rousseau a possibilidade e a condição da criança falar em nome próprio.

Na esteira dessa discussão, citemos Freud, a quem, igualmente, devemos uma preciosa visibilidade dada à criança, na aurora do século XX, mais especificamente, quando apresentou ao mundo a função estruturante da sexualidade infantil, no processo de constituição do sujeito. Para Freud (1905/1996), todo prazer vivenciado, ainda que, primitivamente, é rememorado pela criança, constituindo uma busca inconsciente por repeti-lo. Essa circunstância psíquica acarreta justamente na constituição das demandas infantis, ultrapassando a questão da necessidade em si, para visar à satisfação psíquica – o prazer. É desse modo que a criança vai se apropriando da imagem de seu corpo e, conseqüentemente, constituindo seu *eu*.

Encontramos essa discussão no artigo *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de 1905, quando Freud lançou sua luz sobre uma nova forma de tomar a criança. Queixava-se, sempre, que nenhum autor, até ali, havia reconhecido com clareza a normatividade da pulsão sexual na infância. Foi, no Segundo ensaio desse artigo clássico, intitulado *O descaso para com o infantil*, que Freud faz o seguinte pronunciamento:

Faz parte da opinião popular sobre a pulsão sexual que ela está ausente na infância e só desperta no período da vida designado pela puberdade. Mas, esse não é um erro qualquer, e sim um equívoco de graves conseqüências (...). É digno de nota que os autores que se ocuparam dos esclarecimentos das propriedades e reações do indivíduo adulto tenham prestado muito mais atenção à fase pré-histórica representada pela vida dos antepassados (...) do que à outra fase pré-histórica, àquela que se dá na existência individual da pessoa, a saber, a infância (FREUD, 1905/1996, p. 163).

Na verdade, encontramos o germe dessa questão desde sua *Carta 69*, quando Freud (1897/1996) chega à conclusão, segundo seus achados na clínica, que na infância habitam fantasias infantis, capazes de se perpetuarem na vida psíquica do adulto como potenciais neuroses. Para ele, a vida na infância era um rico campo de investigação, no qual estaria localizada a etiologia dos fenômenos neuróticos, sendo a sexualidade infantil seu ponto nodal.

Em seu tempo, Freud, sem recuar do que considerava suas descobertas clínicas, inflama o imaginário social, ao sugerir que a vida anímica da criança

se sustentava no elemento da sexualidade. Não foi, sem fortes rechaços da comunidade científica, que afirmou que a sexualidade, que se faz presente na vida infantil do homem, não tem natureza patológica, como outros estudiosos que o antecederam, afirmavam firmemente. Ao contrário, a sexualidade freudiana possibilitava a assunção do desejo, que torna o homem sujeito.

A leitura de Roudinesco (1998) nos relembra a importância do fato de Freud ter investido numa nova conceituação sobre a sexualidade, rompendo teórica e epistemologicamente com a sexologia. A noção de sexualidade é com isso, estendida a uma disposição psíquica universal, descolada de seu fundamento biológico, anatômico, genital e reprodutivo, tornando-se a própria essência da atividade humana. Voltada para o prazer, a sexualidade impõe-se ao sujeito por meio das marcas psíquicas deixadas desde suas primeiras experiências de satisfação inconsciente. Essa assertiva faz alusão ao fato de que o bebê, em meio às suas primeiras experiências, advindas dos cuidados iniciais de alimento e proteção maternos, é simbolicamente inserido pelo Outro no campo da satisfação. Campo que se opera pela lógica alternante prazer/desprazer.

Costa (2008) resume que, ao ter seu corpo “erogeneizado” pela mãe e seus gestos interpretados pelo desejo materno, a criança ingressa na linguagem, estruturando suas primeiras fantasias de natureza inconsciente.

Logo, com a proposição de que a sexualidade começa já na mais tenra infância e, portanto, não se tratando de um fenômeno apenas da vida adulta, a proposição freudiana inaugura um complexo ponto de discussão sobre a constituição da condição infantil do sujeito. Em Psicanálise, trata-se, especificamente, do sujeito do desejo, que Freud descobriu no inconsciente, por fazer referência a um efeito da imersão da criança humana na linguagem. É preciso, com isso, distinguir o sujeito tanto do indivíduo biológico, quanto do sujeito da compreensão. Assim, o sujeito da Psicanálise não é sinônimo do eu da gramática, como bem coloca Chemama (1995).

Para Freud (1905/1996) significa que não somente a sexualidade está presente na criança, como seu atributo é infantil e com esse estatuto permanece no sujeito; para além do fato de que ele se torne adulto. O infantil nesse caso, não é relativo apenas ao que ocorre no tempo cronológico da fase da infância. Tampouco, trata-se de um adjetivo que faz alusão à falta da considerada maturidade do indivíduo. O infantil é o que resulta como marcas psíquicas, que ficaram das primeiras experiências de satisfação, constituindo o ser falante. São marcas que o tempo não destitui. O elemento infantil introduz o sujeito na linguagem, pelas vicissitudes da complexa relação com o Outro.

A significação, que assume o termo infantil para a Psicanálise, permite lançar outro olhar sobre a ideia de infância e criança, uma vez que faz alusão ao que é constitucional no humano. Por isso, associar infantil à infância não nos deixa, necessariamente, no mesmo campo de significação. Nessa ótica, não podemos afirmar, de forma linear, que a criança é infantil e o adulto não. Isso porque, o infantil, aqui, não é um qualificativo à característica comportamental ou intelectual das crianças. O infantil é do sujeito, é condição psíquica inconsciente que se adere à sua existência simbólica. Não há maturidade que possa destituí-lo ou superá-lo; não há adulto que não esteja marcado por um infantil. O tempo cronológico é uma referência na fase da infância, mas não constitui o infantil em si mesmo.

São dignas de nota as palavras que Elia (1995) enuncia sobre esse assunto:

Freud batizou de *infantil* a sexualidade que conceitualizou a partir da clínica, afirmando, em contrapartida, a sua exclusividade: não há outra, só existe, do ponto de vista psicanalítico, a sexualidade infantil, a sexualidade própria ao saber psicanalítico, a sexualidade do falante (p. 57).

Essas breves considerações acerca do infantil permitem supor que a psicanálise parece desautorizar o olhar que esquadrinha a criança, segundo uma condição menor em relação ao adulto. O infantil, que surge na infância e se perpetua no adulto, parece falhar a marca antes bem delimitada que estabelece a suposta grande diferença entre a criança e o adulto.

A criança freudiana deseja, possui sentimentos ambivalentes para com seus progenitores. O adulto não possui a chave para educar seus impulsos, ainda que represente para ela um limite simbólico que lhe é psiquicamente estruturante. A imposição de uma barra aos impulsos inconscientes infantis, que levam a marca do princípio do prazer, possibilita a constituição do princípio de realidade, berço da Lei e acesso à cultura. Quando o adulto a interdita, o que a criança internaliza e representa é o efeito dessa Lei. Seus desejos inconscientes serão substituídos por alguns dos recursos que, mais tarde, se farão presentes nas relações sociais como, por exemplo, a vergonha, o pudor, o asco, a culpa e o remorso. O que acontece é que o sujeito adia a satisfação das exigências do princípio do prazer para negociar com as demandas externas do princípio da realidade, regidas pela moral. Sob a ameaça de perder o amor do Outro (do adulto), a criança precisa elaborar suas próprias saídas para garantir reconhecimento e valorização.

Em *Romances familiares*, Freud (1909/1996) afirma que os pais são para a criança a autoridade única e fonte de todos os conhecimentos, sendo seu dese-

jo mais intenso e importante igualar-se a eles. Somente mais tarde essa supervalorização, decorrente de suas fantasias, dá lugar ao interesse por outras pessoas, como formas de substituição, que tendem a preservar, metaforicamente, os pais da fantasia infantil.

Quando aponta para um desejo, distinguindo-o da vontade comum, Freud está em um campo de um singular importante. Sua criança é ativa, capaz de rebelar-se em nome de seu desejo, frustrando a vontade do adulto. Assim, destacamos a condição estrutural do sujeito, presente desde a indagação de Freud, sobre onde habitaria o desejo da criança, frente ao desejo narcísico de seus pais.

É dessa condição de sujeito que, segundo a perspectiva lacaniana, a criança responde do modo como lhe é possível, à demanda que o Outro lhe endereça, constituindo um traço próprio diante da alteridade. Pois, é em sua condição de desamparo inicial, submetida ao que o Outro quer dela, que a criança pode edificar suas fantasias para fazer frente às exigências externas. Fundamental esclarecer que se trata de uma submissão, cujo sentido alude a uma posição subjetiva, própria da estrutura psíquica do sujeito e inerente à condição primitiva do filhote humano, que precisa receber do Outro as primeiras significações para estruturar-se subjetiva e inconscientemente. Não se trata, portanto, de uma circunstância de estar subjugada pelo adulto, por uma mera incapacidade biológica e intelectual (LACAN, 1957-1958/1999).

Considerações finais

Dos argumentos até aqui examinados, podemos acrescentar, por fim, que, seja pela criança rousseauniana de natureza moldável pela educação e pela razão, seja pela criança freudiana constituída pela sexualidade inconsciente, estava semeada na modernidade a importância em assegurar sua singularidade. Essa, talvez, tenha sido uma das maiores heranças que Freud e Rousseau nos deixaram, quanto ao campo do infantil. Ao mesmo tempo, observamos que reconhecer a particularidade da criança sempre foi um exercício em permanente estado de tensão, porquanto sempre respondeu e responderá às insígnias de uma determinada conjuntura social, em uma dada temporalidade.

Ademais, balizar a escuta da criança na clínica, guiando-se pelo conceito psicanalítico de *infantil* implicará um olhar sobre o aspecto estrutural que marca a concepção de sujeito. Entendimento que ultrapassa o aspecto desenvolvimentista para visar a dimensão da linguagem, na qual o sujeito se constitui.

Acrescentamos, por fim, que reconhecer algo da singularidade infantil, ofertando-lhe um lugar possível, não significa não se deixar inquietar face aos efeitos do protagonismo da criança. Estamos nos referindo ao que, amiúde, comparece no discurso dos pais da criança em análise. Na verdade, esse é o desafio da clínica psicanalítica com crianças, a saber, operar para dar voz às manifestações do desejo da criança, marcando seu lugar de sujeito diante do casal parental, quando o adulto insiste em controlar o impossível: a voz de seu próprio *infantil* que ele reconhece na criança.

Autoras

Karina Carvalho Veras de Souza. Doutoranda em Psicologia/Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Programa de Pós-graduação em Psicologia – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA), mestre em Psicologia Clínica/Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), docente do curso de Psicologia/Universidade Potiguar (UnP).

E-mail: kaveras@hotmail.com

Rosângela Francischini. Professora titular (aposentada em set./2015)/Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), colaboradora no Programa de Pós-graduação em Psicologia/Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), pesquisadora colaboradora do Centro de Investigação em Estudos da Criança/Universidade do Minho (UMINHO/PT).

E-mail: rofrancischini@gmail.com

Tramitação

Recebido em 23/03/2017

Aprovado em 27/07/2017

Referências

- CHEMAMA, Roland; VANDERMERSH, Bernard. *Dicionário de psicanálise*. Tradução de Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.
- COSTA, Teresinha. *Psicanálise com crianças*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- DOZOL, Marlene de Souza. *Rousseau: educação: a máscara e o rosto*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

ELIA, Luciano. Sexualidade e Psicanálise. In: _____. *Corpo e sexualidade em Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Uapê, 1995.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & diálogo: As ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 168 p.

FREUD, Sigmund (1897). *Extratos dos documentos dirigidos a Fliess: Carta 69*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 1).

_____. (1905). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 7).

_____. (1909). *Análise de uma fobia em um menino de cinco anos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 9).

_____. (1915). *Os instintos e suas vicissitudes*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 14).

LACAN, J. *O Seminário, Livro 5: as formações do inconsciente (1957-1958)*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

ROUDINESCO, Elizabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. Tradução Roberto Leal Ferreira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Texto original publicado em 1762).

SAURET, M. A criança, o infantil, o sujeito. *O infantil e a estrutura*. Editora Escola Brasileira de Psicanálise: São Paulo, 1998.

VOCARO, Ângela. Da condição da criança. In: _____. *A criança na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.